

EDUCAÇÃO E CONTABILIDADE GERENCIAL: CHAVES PARA A SUSTENTABILIDADE DAS MPES NO BRASIL

EDUCATION AND MANAGEMENT ACCOUNTING: KEYS TO THE SUSTAINABILITY OF MICRO AND SMALL BUSINESSES IN BRAZIL

Joel de Freitas Souto¹

Edenilton Santana²

Solange Rodrigues dos Santos Corrêa³

RESUMO: As micro e pequenas empresas desempenham um papel crucial na economia brasileira, mas enfrentam altos índices de mortalidade nos primeiros cinco anos de operação. A Contabilidade Gerencial é uma ferramenta estratégica capaz de promover a longevidade empresarial, mas sua aplicação enfrenta barreiras significativas, como a carência de educação gerencial e contábil. Este estudo teve como objetivo geral analisar a relação entre o nível educacional das regiões brasileiras e a mortalidade ou longevidade das micro e pequenas empresas, utilizando a contabilidade gerencial como variável central de análise. Para isso, foi realizada uma pesquisa baseada em dados secundários, analisados por meio de estatística descritiva. Os resultados indicaram que regiões com melhores níveis educacionais apresentam maiores taxas de sobrevivência empresarial, evidenciando a importância da educação para a adoção de práticas contábeis eficazes. Conclui-se que o fortalecimento da educação e a disseminação do uso estratégico da contabilidade gerencial podem ser determinantes para a sobrevivência e o crescimento sustentável de micro e pequenas empresas no Brasil.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Qualidade educacional. Micro e Pequenas Empresas. Sobrevivência.

3865

ABSTRACT: Micro and small businesses play a crucial role in the Brazilian economy, but they face high mortality rates in the first five years of operation. Management Accounting is a strategic tool capable of promoting business longevity, but its application faces significant barriers, such as the lack of management and accounting education. The general objective of this study was to analyze the relationship between the educational level of Brazilian regions and the mortality or longevity of micro and small businesses, using management accounting as the central variable of analysis. To this end, a study was conducted based on secondary data, analyzed through descriptive statistics. The results indicated that regions with better educational levels have higher business survival rates, highlighting the importance of education for the adoption of effective accounting practices. It is concluded that strengthening education and disseminating the strategic use of management accounting can be decisive for the survival and sustainable growth of micro and small businesses in Brazil.

Keywords: Management Accounting. Educational quality. Micro and Small Businesses. Survival.

¹Graduando em Ciências Contábeis. Universidade Estadual de Santa Cruz. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0461-6798>.

²Prof. Esp. Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6849-8242>.

³Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6849-8242>.

I. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

As micro e pequenas empresas (MPE) são pilares da economia brasileira, representando mais de 90% dos CNPJs ativos e responsáveis por 8 de cada 10 empregos formais criados em 2023 (SEBRAE, 2023). Apesar de sua relevância, sua sobrevivência é desafiadora: enquanto 82,2% das empresas ativas em 2020 funcionaram em 2021, apenas 43% das fundadas em 2016 sobreviveram por cinco anos (IBGE, 2023).

Entre os fatores que influenciam a longevidade do MPE, destaca-se a contabilidade gerencial, ferramenta estratégica que apoia o planejamento, a tomada de decisões e o controle financeiro. No entanto, sua aplicação prática é frequentemente limitada pelo baixo nível educacional dos gestores, o que prejudica a adoção de práticas gerenciais eficazes. Isso levanta a seguinte questão: **qual a relação entre o nível educacional das regiões brasileiras e as taxas de mortalidade ou longevidade do MPE, considerando o uso da contabilidade gerencial como variável estratégica?**

Diante desse problema, esta pesquisa investiga a relação entre o nível educacional das regiões brasileiras e a sustentabilidade do MPE, utilizando a contabilidade gerencial como variável estratégica. O objetivo geral é analisar como a educação influencia a longevidade das empresas, com base nos seguintes objetivos específicos: (1) comparar os níveis educacionais regionais com as taxas de mortalidade e longevidade das MPE; (2) identificar padrões entre desenvolvimento educacional e sustentabilidade financeira; (3) propor melhorias nas práticas contábeis gerenciais básicas para as características regionais; e (4) avaliar como a educação afeta o desempenho econômico da MPE.

3866

Por meio de uma revisão bibliográfica e documental baseada em dados secundários, esta pesquisa destaca a importância da educação e da contabilidade gerencial para a sustentabilidade do MPE, oferecendo subsídios para políticas públicas que fortalecem ambos os fatores e promovem o desenvolvimento econômico do país.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1- A Contabilidade Gerencial

Conforme Eldenburg e Wolcott (2007), a contabilidade gerencial consiste em um processo voltado para a coleta, resumo e fornecimento de informações financeiras e não financeiras, destinadas ao uso interno pelos gestores na tomada de decisões. Segundo Garrison, Noreen e Brewer (2013), a contabilidade gerencial pode ser definida como a fase

da contabilidade que tem como objetivo o fornecimento de informações aos gerentes para uso na própria empresa que pertencem.

Ainda de acordo com Garrison, Noreen e Brewer (2013), apesar de não ser obrigatória, ela é extremamente necessária uma vez que serve como ferramenta de informação para três atividades vitais na vida de uma empresa: planejamento, controle e tomada de decisões. O planejamento pode ser definido como o processo de elaboração de objetivos a serem alcançados. O controle é a comparação entre o planejado e a execução e tem a finalidade de observar se a empresa está caminhando dentro do que foi planejado. A tomada de decisões é o final desse ciclo vital e consiste em escolher o melhor caminho a ser seguido baseado nos dois pontos anteriormente explanados. Para Garrison, Noreen e Brewer,

Talvez a habilidade gerencial mais básica seja a capacidade de tomar decisões inteligentes baseadas em dados. Em termos gerais, muitas dessas decisões giram em torno de três perguntas: O que devemos vender? A quem devemos atender? Como devemos proceder? (Garrison, Noreen e Brewer 2013, p. 4).

A Tabela 1 exemplifica perguntas que norteiam quais decisões devem ser tomadas dentro de uma empresa, onde a primeira coluna indica que as empresas precisam tomar decisões relacionadas aos produtos e serviços que vendem, a segunda sugere que as empresas devem tomar decisões relacionadas a seus clientes e a terceira evidencia que as empresas tomam decisões relacionadas aos procedimentos delas.

3867

Tabela 1 – Exemplos de decisões

O que devemos vender?	A quem devemos atender?	Como devemos proceder?
Quais produtos e serviços devem ser o foco dos nossos esforços de marketing?	Quem deveria ser o foco de nossos esforços de marketing?	Como devemos fornecer nossos produtos e serviços?
Quais novos produtos e serviços devemos oferecer?	A quem deveríamos começar a atender?	Como devemos expandir nossa capacidade?
Quais preços devemos cobrar por nossos produtos e serviços?	Quem deveria pagar preços mais altos ou receber descontos?	Como devemos reduzir nossa capacidade?
Quais produtos e serviços devemos descontinuar?	A quem deveríamos parar de atender?	Como devemos melhorar nossa eficiência e eficácia?

Fonte: Garrison, Noreen e Brewer (adaptado).

Assim, o conceito e a função da contabilidade gerencial evidenciam a importância de sua utilização para a longevidade das micro e pequenas empresas brasileiras. Por meio de suas ferramentas, a contabilidade gerencial permite analisar dados financeiros e não financeiros, oferecendo suporte para o planejamento estratégico, controle operacional e tomada de decisões mais assertivas. Essas práticas ajudam a antecipar desafios e identificar oportunidades, fundamentais para a sustentabilidade empresarial em um cenário econômico

marcado por instabilidades e alta competitividade. Para as MPE, que frequentemente enfrentam limitações de recursos e capacidades gerenciais, a contabilidade gerencial assume um papel ainda mais crucial ao fornecer subsídios que podem aumentar a eficiência, reduzir desperdícios e melhorar a capacidade de adaptação às demandas do mercado. Dessa forma, a aplicação adequada da contabilidade gerencial não apenas apoia a continuidade dos negócios, mas também contribui para o fortalecimento do setor como um todo.

Tabela 2 – Comparativo entre Contabilidade financeira e Contabilidade gerencial

Contabilidade financeira	Contabilidade gerencial
Divulga para aqueles que estão fora da organização: Proprietários Credores Autoridades fiscais Reguladores	Divulga informações para gerentes da organização com o propósito de: Planejamento Controle Tomada de decisões
Enfatiza consequências financeiras de atividades passadas	Enfatiza decisões que afetarão o futuro
Enfatiza a objetividade e a verificabilidade	Enfatiza a relevância
Enfatiza a precisão	Enfatiza fazer as coisas no tempo hábil
Segue os GAAP/IFRS	Não tem obrigação de seguir os GAAP/IFRS
Obrigatória para relatórios externos	Não é obrigatória

Fonte: Garrison, Noreen e Brewer (adaptado).

2.1.1- Contabilidade Gerencial x Contabilidade Financeira

A contabilidade gerencial costuma ser confundida com a contabilidade financeira. A primeira, como dita anteriormente, não é obrigatória. Além disso, é destinada à usuários internos (gerentes e gestores), e tem foco voltado para o futuro. A segunda tem como objetivo enfatizar consequências financeiras de atividades passadas, é destinada aos usuários de fora da organização (externos), é obrigatória para relatórios externos, precisa estar de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos (GAAP, *Generally Accepted Accounting Principles*), além de atender os padrões internacionais de relatórios financeiros (IFRS, *International Financial Reporting Standarts*). A Tabela 2 apresenta o comparativo entre as duas áreas.

Assim, pode-se dizer que, mesmo possuindo públicos-alvo e focos diferentes, as duas áreas fornecem informações que se complementam. Enquanto uma informa os resultados já ocorridos, a outra demonstra o planejamento do que deve acontecer com o futuro da empresa. Dessa maneira, é notório que a contabilidade gerencial se torna cada vez mais uma ferramenta imprescindível para a perpetuidade da operação de micro e pequenas empresas.

2.1.2- Principais ferramentas da contabilidade gerencial que podem ser aplicadas nas MPEs

2.1.2.1- Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é uma ferramenta essencial para estabelecer os princípios e características de uma organização. Segundo Fischmann e Almeida (1991), essa técnica administrativa analisa o ambiente organizacional para identificar oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos, auxiliando no cumprimento da missão da organização. Com base nessa análise, o planejamento estratégico define uma direção a ser seguida para aproveitar as oportunidades e mitigar os riscos.

De acordo com Almeida (2001), o planejamento estratégico pode ser entendido como uma técnica administrativa que organiza as ideias das pessoas, permitindo criar uma visão clara sobre o caminho a ser seguido. Assim, trata-se de uma perspectiva de longo prazo para a empresa, com a definição objetiva das atividades que ela se propõe a realizar.

De acordo com Las Casas (2001), o planejamento pode ser formal ou informal. O primeiro caracteriza-se pela necessidade do domínio de técnicas e conceitos para sua elaboração. Já o segundo não necessita de nenhum conhecimento metodológico específico. Segundo Tenório (2005), o processo de planejamento estratégico é constituído por seis etapas, sendo elas:

- Definição da missão;
- Análise do contexto interno (pontos fortes e fracos);
- Análise do contexto externo (oportunidades e ameaças);
- Definição dos objetivos;
- Definição de estratégias;
- Elaboração do plano;

Para Buchele (1980), o planejamento apresenta grandes vantagens, tanto para as grandes, quanto para as pequenas empresas, devido a segurança que ele traz ao desenvolvimento e controle que a ferramenta traz ao futuro da empresa.

O planejamento estratégico serve como uma ótima ferramenta de auxílio para aumentar o grau de assertividade das empresas no que diz respeito às estratégias adotadas e objetivos a serem alcançados (Scramim e Batalha, 1997). Tiffany e Peterson (1998) afirmam que as pequenas empresas que possuem planejamento estratégico são, em média, 50% maiores que as empresas que não possuem nenhum tipo de planejamento.

2.1.2.2- Orçamento e Demonstrativo de Fluxo de Caixa

O orçamento e o demonstrativo de fluxo de caixa são ferramentas indispensáveis para o planejamento, controle e monitoramento financeiro das empresas.

O orçamento é descrito por Garrison, Noreen e Brewer (2013, p. 337) como “um plano detalhado do futuro expresso em termos quantitativos”, estrutura-se em planejamento, execução e monitoramento (WARREN, REEVE e FEES, 2001). É fundamental para a gestão financeira eficiente, orientando o desempenho e a definição de metas (IUDÍCIBUS, 1998). No entanto, pode limitar a flexibilidade operacional (WELSCH, 1983), exigindo ajustes quando os resultados divergem do planejado.

Já o demonstrativo de fluxo de caixa, essencial para gerenciar recursos e manter a liquidez, evidencia a origem e aplicação dos recursos financeiros, conforme Zdanowicz (1998) e Iudícibus (1999). Seu objetivo é garantir liquidez imediata para sustentar operações (SELL, 2004), fornecendo uma visão estratégica para decisões financeiras (SILVA, 2019).

2.1.2.3- Análise de Custo-Volume-Lucro

Segundo Garrison, Noreen e Brewer (2013, p. 185), a análise de custo-volume-lucro (CVL) é uma poderosa ferramenta que auxilia os gestores a identificarem a relação dos lucros com cinco fatores, sendo eles:

- Preço de venda;
- Volume de vendas;
- Custos variáveis por unidade;
- Total de custos fixos;
- Mix de produtos vendidos;

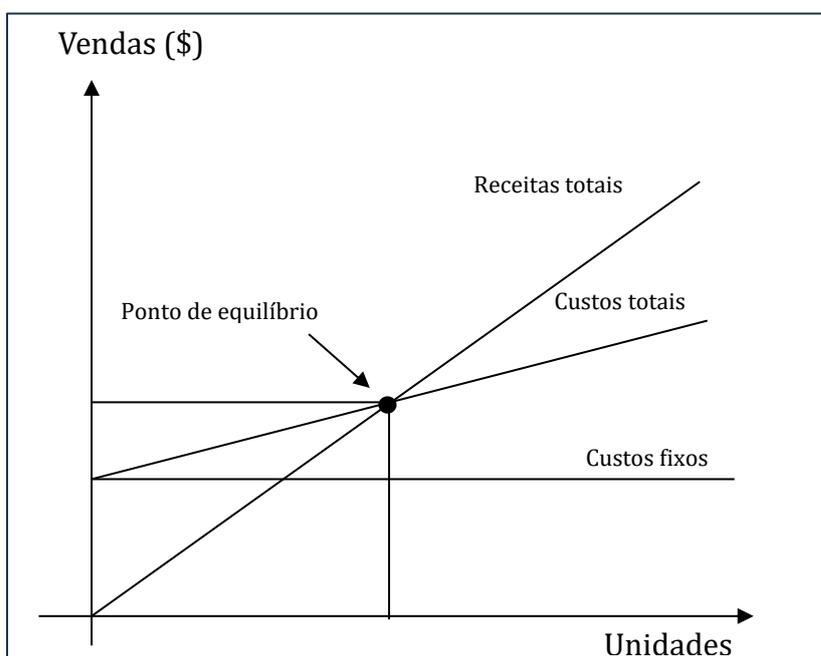
Garrison, Noreen e Brewer (2013) afirmam que a análise CVL é essencial para decisões de produtos de negócios, como definição de preços, estratégias de marketing e estrutura de custos. Segundo Peinaldo e Graeml (2007), sua aplicação requer instalações, como a constância dos preços e a venda de toda a produção. No entanto, Leone e Leone (2008) alertam para as limitações da ferramenta, que podem desconsiderar estoques ao equipar produção e vendas.

A análise CVL utiliza técnicas como margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança e alavancagem operacional (Souza e Diehl, 2009). A margem de contribuição é definida como “o montante restante da receita de vendas depois que as despesas variáveis foram deduzidas” (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013, p. 186),

ocasionadas para cobrir custos fixos. Bertó e Beulke (2006) e Martins (2010) destacam que a MC verifica as previsões de produtos, tanto em lançamentos quanto na decisão de mantê-los no mercado.

O ponto de equilíbrio (PE) é crucial na gestão financeira e ocorre quando as receitas totais equivalem às despesas totais (Garrison, Noreen e Brewer, 2013). Bornia (2002) descreve-o como o "nível de vendas em que o lucro é nulo", enquanto Hoji (2000) o associa à produção necessária para cobrir custos variáveis e fixos. O PE indica o volume mínimo de vendas para evitar prejuízos, sendo representado na Figura 1.

Figura 1 – Ponto de Equilíbrio



Fonte: Garrison, Noreen e Brewer (adaptado)

O conhecimento e domínio dos conceitos de margem de contribuição e ponto de equilíbrio são de fundamental importância, principalmente para a gestão do setor de vendas, uma vez que terão um número claro do valor mínimo a ser vendido pela empresa, no período, para que essa possa honrar, ao mínimo, seus compromissos operacionais.

2.1.2.5- Benchmarking

O Benchmarking, segundo Garrison, Noreen e Brewer (2013, p.298) é definido como uma “abordagem sistemática para identificar as atividades com o maior potencial de melhoria”.

Para Albertin, Kohl e Elias (2015, p.23), “refere-se ao processo de medição e comparação com um padrão referencial”. É uma técnica de mensuração de desempenho que se baseia na comparação entre o desempenho da empresa em questão com suas concorrentes que são conhecidos pela excelência de sua operação. Conforme Albertin, Kohl e Elias (2015),

Ao longo dos anos, o benchmarking tem evoluído continuamente, do benchmarking competitivo, com foco nos produtos da concorrência, para o benchmarking do aprendizado das práticas de excelência e do aprender “dos outros” para aprender “junto e com os outros”. Ele tornou-se, através do seu amplo escopo e escala de atuação, uma das ferramentas empresariais mais conhecidas e importantes (Albertin, Kohl e Elias 2015, p. 15).

Costa (2008) denomina as características descritas por Albertin, Kohl e Elias (2015) como sendo a sétima geração da evolução do benchmarking, também chamada de “networking benchmarking”. Essa etapa tem como principal objetivo o compartilhamento de experiências entre um grupo de empresas similares com a finalidade de resolução de problemas comuns entre elas.

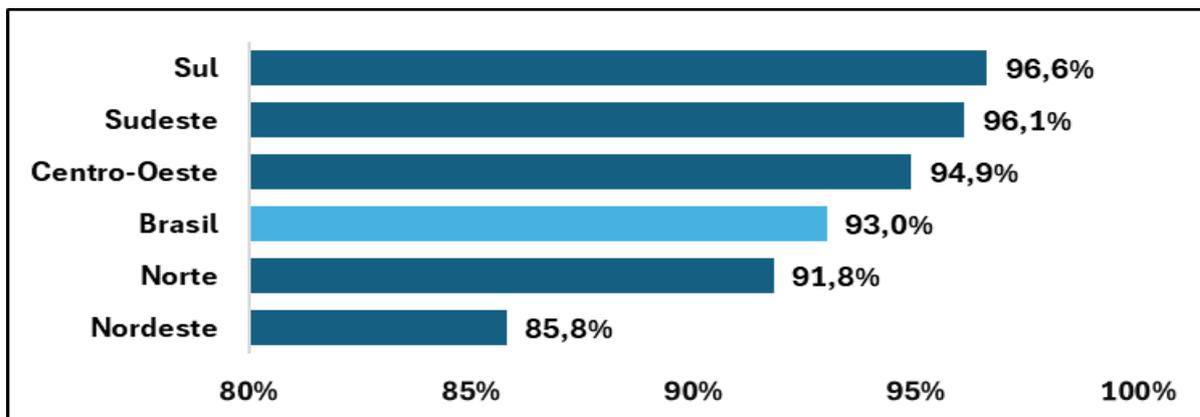
2.2- Nível Educacional no Brasil

A educação brasileira enfrenta grandes desafios, sendo considerada de baixa qualidade. Em 2015, o país ocupou uma das últimas posições no PISA, teste realizado pela OCDE com aproximadamente 80 países (REIS, 2020). As desigualdades socioeconômicas e geográficas são fatores determinantes para essa realidade, agravadas por problemas estruturais, como falta de investimentos, infraestrutura conectada e disparidades na forma

Regiões menos enfrentadas obstáculos adicionais, como evasão escolar, pobreza e trabalho infantil, comprometendo os níveis de alfabetização e aprendizagem. Essas desigualdades perpetuam um ciclo de limitações sociais e econômicas, dificultando o avanço

Os impactos dessas desigualdades refletem-se nos índices de alfabetização, inovação e desenvolvimento econômico, limitando o acesso a melhores oportunidades de trabalho e ampliando as diferenças sociais. Ao analisar as disparidades regionais no Brasil, observa-se que os índices de alfabetização variam significativamente entre as regiões, conforme ilustrado no Gráfico 1, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas para reduzir essas desigualdades.

Gráfico 1 – Percentual de alfabetização por região



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022 (adaptado)

Analisando o gráfico acima, é possível identificar as diferentes realidades educacionais entre as cinco regiões brasileiras. Porém, quando invertidos os percentuais e, ao invés de observar o índice de alfabetização, passa-se a analisar os índices de analfabetismos, as diferenças tornam-se ainda mais evidentes. Em 2022, a região Sul apresentou uma taxa de analfabetismo de 3,3%, enquanto 14,2% da população nordestina não sabe ler e escrever, o que corresponde a mais de 300% de diferença.

3873

2.2.2- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Criado em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem sido, nos últimos anos, um dos principais indicadores relacionados à qualidade da educação no Brasil. De acordo com Garcia, Prearo, Romero Secco e Bassi (2016), ele é a combinação do desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação (SAEB), da Prova Brasil e do fluxo escolar.

O índice avalia as matérias de Português e Matemática e varia de 0 a 10 pontos, onde, quanto maior a nota, melhor a qualidade da educação. A utilização do IDEB possibilita o estabelecimento de metas para as escolas, facilitando a busca pela melhora na qualidade educacional das instituições.

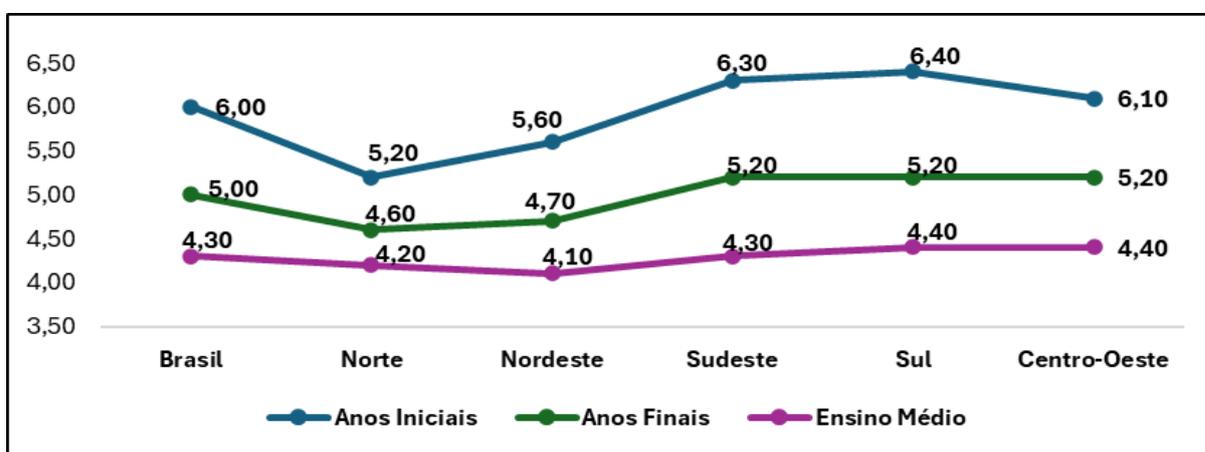
O cálculo do IDEB é feito de forma simples. Na primeira etapa, são realizados testes de língua portuguesa e matemática, onde as notas variam de zero a dez. Depois, a média dessas duas notas (SAEB) é multiplicada pelo valor médio das taxas de aprovação das séries de cada etapa que está sendo avaliada (Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Ensino

Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio). Essa taxa varia percentualmente de zero a cem.

A fórmula de cálculo do índice é representada por $E = N \times P$, onde E é o valor do IDEB, N é o desempenho no SAEB e P é a taxa de aprovação.

O Gráfico 2 apresenta o resultado do IDEB de 2023 do Brasil e de cada região do país divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Gráfico 2 – Resultados IDEB – Brasil e regiões



3874

Fonte: Autoria própria.

A análise do gráfico 2 permite observar que as séries iniciais possuem um rendimento razoavelmente maior em relação aos anos finais. As regiões Norte e Nordeste possuem os piores índices, ficando abaixo da média do país. Vale ressaltar que apenas os anos iniciais do ensino fundamental conseguiram atingir a meta do índice de desenvolvimento para 2023. A Tabela 3 apresenta o comparativo entre as metas do IDEB e a nota alcançada no último ano.

Tabela 3- Comparativo meta e resultado IDEB 2023

Séries avaliadas	Meta IDEB 2023	Resultado IDEB 2023
Anos iniciais	6,0	6,0
Anos finais	5,5	5,0
Ensino médio	5,2	4,3

Fonte: Autoria própria.

Apesar de sua importância, alguns autores chamam a atenção para as limitações que o IDEB apresenta. Para Garcia (2015), não é possível captar a complexidade escolar através de apenas um indicador de qualidade. Segundo ele, não existe um fator isolado capaz de explicar o bom desempenho dos alunos.

Garcia (2014) afirmou que é injusto comparar escolas que possuem realidades completamente diferentes em várias áreas como, por exemplo, a qualidade estrutural das instituições, o nível de formação dos professores e a condição socioeconômica e cultural das famílias. Porém, apesar de suas limitações, a criação do IDEB trouxe grandes contribuições para o monitoramento da qualidade escolar, auxiliando no combate da precarização do ensino.

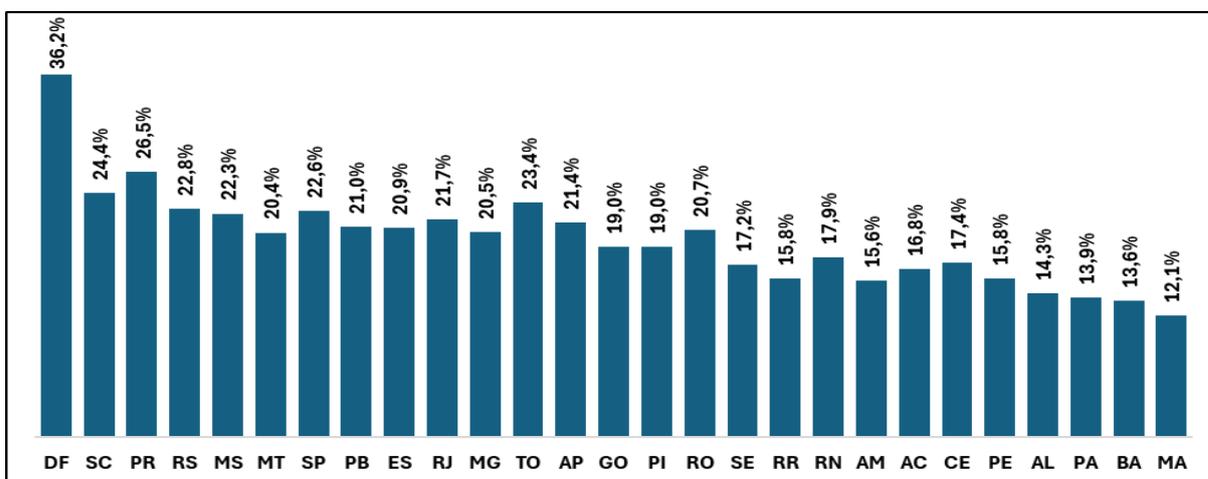
2.2.3- Ensino Superior

Diferentemente dos ensinos fundamental e médio, o ensino superior no Brasil não possui um indicador geral capaz de mensurar a qualidade da educação por estado, região ou país. O principal instrumento avaliativo é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), criado pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação Superior. Desde então, o ENADE é um componente curricular obrigatório, sendo aplicado cada curso de graduação a cada três anos para avaliar a qualidade do ensino. No entanto, como cada curso de cada instituição recebe uma nota específica, isso dificulta a análise da qualidade do ensino superior de forma agregada por unidades federativas ou regionais.

Devido às dificuldades de comparações qualitativas entre as regiões brasileiras relativos ao ensino superior, o Instituto Semesp, baseado nos dados do INEP, criou a Taxa de Escolarização Líquida por Estado. O indicador é resultado da divisão entre o número de alunos de 18 a 24 anos no ensino superior (INEP, 2022) e o número total de pessoas com a mesma idade (IBGE, 2022). O Gráfico 3 apresenta a Taxa de Escolarização Líquida em cada estado brasileiro.

3875

Gráfico 3 – Taxa de Escolarização Líquida por Estado



Fonte: Instituto Semesp (adaptado).

Observando o gráfico acima, é possível verificar que o mesmo segue a tendência dos índices anteriormente citados. Os estados que compõem das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste possuem os melhores resultados, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam as piores taxas.

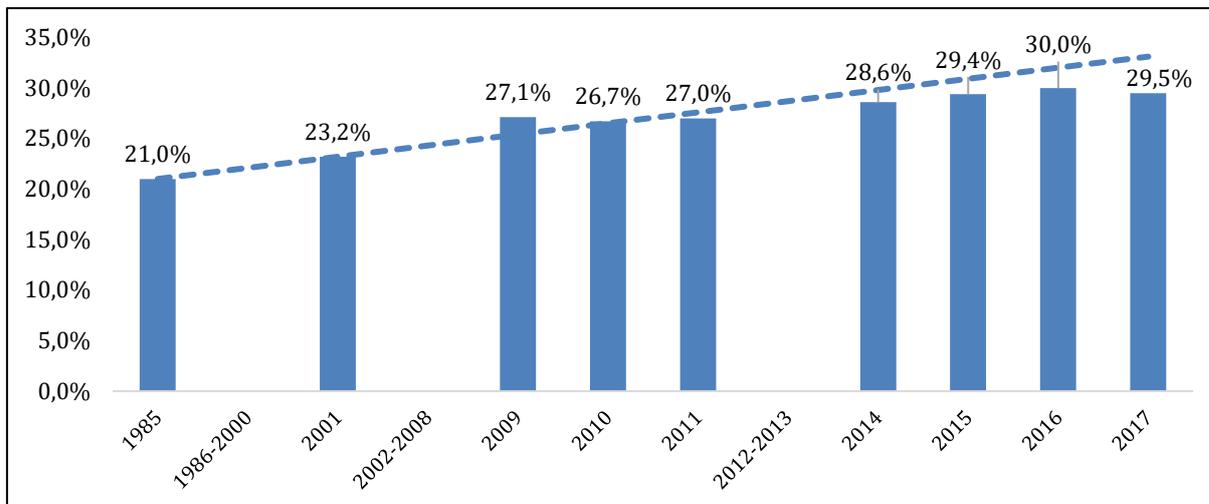
Assim, pode-se dizer que desde a educação básica até o ensino superior, há um comportamento muito bem definido em relação à qualidade educacional e condições de acesso, onde o Norte e o Nordeste carecem de mais atenção.

3876

2.3- As Micro e Pequenas Empresas no Brasil

Um estudo publicado pelo Sebrae e Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2020 com o título de “Atualização de Estudo sobre Participação de Micro e Pequenas Empresas na Economia Nacional” mostra que as MPEs representavam cerca de 30% da produção de riquezas do país. A publicação enfatiza ainda que a participação desse grupo de empresas no valor adicionado ao PIB está numa crescente nos últimos 35 anos. O gráfico 4 mostra a evolução do percentual participativo das MPEs nos últimos anos, porém, às atividades de alguns os anos não constam no documento consultado, assim, destaca-se a necessidade de estudos atualizados para complementar as informações disponíveis e fornecer um panorama mais abrangente sobre a participação das MPEs no PIB nacional.

Gráfico 4 - Valor adicionado das MPEs no total das atividades consideradas 1985-2017 em %



Fonte: FGV Projetos. *Valor adicionado para Comércio, Construção, Extrativismo Mineral, Transformação e Serviços

Dessa maneira, além da grande contribuição no PIB brasileiro, as MPEs também desempenham um papel fundamental na geração de empregos. De acordo com dados do mesmo estudo citado acima, entre os anos de 2006 e 2019, as micro e pequenas empresas apresentaram um saldo positivo de geração de empregos no valor de 13,5 milhões, frente a apenas 1,1 milhão de empregos gerados pelas pequenas e médias empresas. Para Oliveira e Oliveira (2006), as micro e pequenas empresas desempenham um papel de “colchão amortecedor” para o desemprego no país.

3877

Outro ponto pertinente diz respeito à diminuição do número de empresas informais no Brasil. No período de 2007 a 2019, a formalização de negócios no país cresceu tanto a ponto de ultrapassar a quantidade de empreendimentos que atuavam de maneira informal (SEBRAE; FGV, 2020). Como consequência do aumento do número de empresas formalizadas, houve também o aumento na arrecadação de tributos por parte do governo.

O aumento no número de formalização de empresas gera benefícios para todas as partes envolvidas. É bom para o governo, que aumenta sua arrecadação através dos tributos, e é bom para o empresário, pois facilita seu acesso à linhas de crédito e financiamento, além de aumentar a representatividade e participação das empresas no âmbito nacional.

2.4.1- A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

De acordo com Amaral (2018), quando são comparadas com as médias e grandes empresas, o grupo de MPEs possui uma enorme desigualdade de acesso a financiamentos, recursos próprios e capacidades de inovação. Nesse cenário, surgiu a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, também conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Criada através da Lei Complementar nº 123/2006, tem como objetivo o fomento do desenvolvimento e da competitividade entre as empresas visando, acima de tudo, o fortalecimento da economia nacional (Sebrae, 2016). A Lei Geral classifica as micro e pequenas empresas com base em sua receita bruta anual. A Tabela 4 detalha essa classificação.

Tabela 4 – Classificação das Micro e Pequenas Empresas de acordo com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Classificação	Receita Bruta Anual
Microempreendedor Individual (MEI)	Até R\$ 81 mil
Microempresa (ME)	Até R\$ 360 mil
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	De R\$ 360 mil até R\$ 4,8 milhões

Fonte: Autoria própria.

3878

Aprovada em 2006, trouxe como suas principais propostas, segundo o Sebrae (2007), benefícios como a desburocratização de abertura e fechamento de empresas, criação de regime tributário simplificado onde se unificasse os tributos municipais, estaduais e federais numa única guia (Simples Nacional), fiscalização educativa, estímulo ao crédito e inovação tecnológica, parcelamento dos débitos tributários, dentre outros.

2.4.2- Desafios enfrentados pelas MPEs no Brasil

As micro e pequenas empresas brasileiras enfrentam inúmeros desafios na sua jornada diária. Para Silva (2007), tais desafios se devem ao fato de que na maioria das MPEs a atenção está direcionada às atividades cotidianas, devido a limitação de pessoal e o fato de os próprios sócios serem os gestores das empresas. Nogueira e Oliveira (2013) chamam a atenção para a necessidade de políticas públicas que consigam atender a pluralidade que há dentro do grupo de micro e pequenas empresas no Brasil. Segundo Lemes Júnior (2010, *apud* OLIVEIRA et. Al., 2016), um dos principais desafios giram em torno da falta de conhecimento de mercado e falta de planejamento por parte dos gestores.

Em outubro de 2023, a revista *Pequenas Empresas e Grandes Negócios* destacou a dificuldade de acesso ao crédito como um dos grandes desafios das MPEs brasileiras. Segundo IBGE e SEBRAE, apenas 30% dos pequenos negócios que buscaram empréstimos em julho de 2023 foram bem-sucedidos. A desorganização da gestão, tal como a falta de relatórios básicos e controles financeiros, leva os bancos a considerarem essas operações arriscadas, resultando em perdas ou juros elevados que dificultam o acesso ao crédito.

2.5- Educação e Sustentabilidade Empresarial

O desempenho ruim das empresas brasileiras e sua alta taxa de mortalidade, em especial as micro e pequenas empresas, geram muitos questionamentos a respeito das causas para tal acontecimento. A partir do momento que a vida útil média das empresas de um determinado local aumenta, há, conseqüentemente, a redução na pobreza e nos índices de desemprego.

Pesquisas realizadas por Hanushek (2008) e Fontoura e Pinheiro (2007) demonstram existir uma grande correlação entre o aumento da escolaridade e a redução da pobreza. Becker (1962) diz que os investimentos em escolaridade melhoram os níveis de renda de uma população. Schultz (1960) defendia a educação como condição necessária para o desenvolvimento de habilidades afirmando que o aumento da qualidade de vida dos pobres dependia do conhecimento.

3879

Para Nascimento e Andrade (2011), o aumento do nível educacional pode ser capaz de reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população. Moraes (2010) chama a atenção para a relação entre educação e desenvolvimento socioeconômico, destacando que os países mais bem desenvolvidos são os que possuem maiores investimentos na educação, possibilitando assim, um nível educacional mais qualificado.

3- RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1- Qualidade Educacional

As Tabelas 5 e 6 apresentam o nível educacional da população com 25 anos ou mais por região e do Brasil, divididos em 7 níveis, sendo eles:

- P1: Sem Instrução;
- P2: Ensino Fundamental Incompleto;
- P3: Ensino Fundamental Completo;
- P4: Ensino Médio Incompleto;
- P5: Ensino Médio Completo;

- P6: Ensino Superior Incompleto;
- P7: Ensino Superior Completo.

Tabela 5 – Nível Educacional para população com 25 anos ou mais por região e Brasil (em milhares)

Região	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
<u>Brasil</u>	<u>8.436</u>	<u>37.974</u>	<u>10.534</u>	<u>6.999</u>	<u>42.874</u>	<u>5.823</u>	<u>27.590</u>
Norte	784	3.219	728	611	3.397	427	1.745
Nordeste	4.236	11.341	2.382	1.859	10.668	1.133	4.867
Sudeste	2.160	14.782	4.756	2.907	19.910	2.725	14.218
Centro-Oeste	514	2.666	752	593	3.110	521	2.615
Sul	742	5.966	1.916	1.029	5.789	1.017	4.145

Fonte: Autoria própria.

Tabela 6 – Nível Educacional para população com 25 anos ou mais por região e Brasil (em %)

Região	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
<u>Brasil</u>	<u>6%</u>	<u>27%</u>	<u>8%</u>	<u>5%</u>	<u>31%</u>	<u>4%</u>	<u>20%</u>
Norte	7%	30%	7%	6%	31%	4%	16%
Nordeste	12%	31%	7%	5%	29%	3%	13%
Sudeste	4%	24%	8%	5%	32%	4%	23%
Centro-Oeste	5%	25%	7%	6%	29%	5%	24%
Sul	4%	29%	9%	5%	28%	5%	20%

Fonte: Autoria própria.

3880

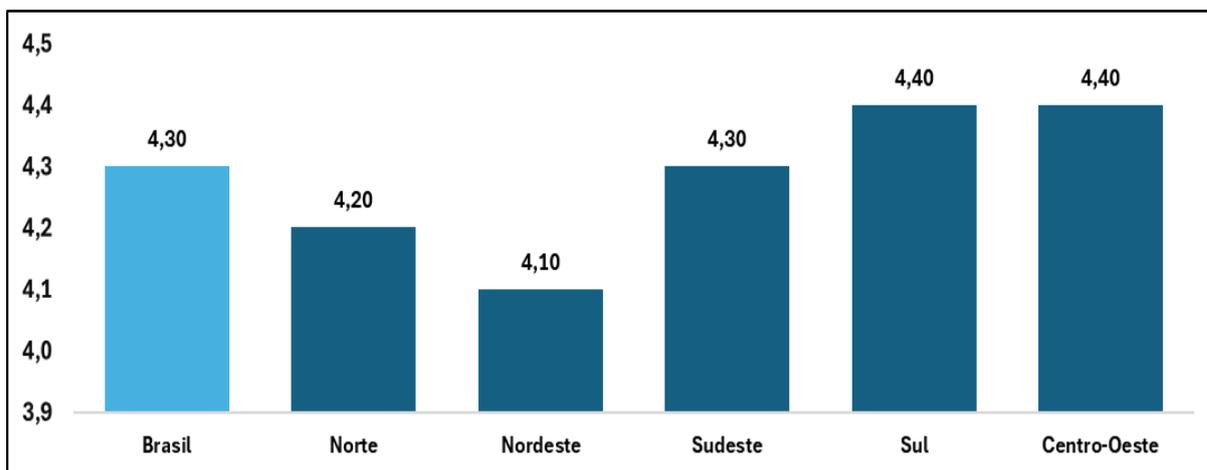
Analisando o cenário de educação, percebe-se que há uma realidade parecida nas cinco regiões entre os níveis P3 e P6. Ou seja, os níveis médios de educação regional são próximos. Porém, as extremidades (população sem instrução e com ensino superior completo) apresentam grandes diferenças. Enquanto apenas 4% da população não possui escolaridade no Sul e Sudeste, o Nordeste apresenta um número três vezes maior da população com 25 anos ou mais sem instrução.

Levando em consideração que os níveis de instrução P3 a P6 se assemelham em todas as regiões e na média nacional, pode-se classificar a qualidade educacional regional comparando os percentuais populacionais P1 (sem instrução) e P7 (nível superior completo) com os resultados do país. A classificação se dá em três níveis, sendo eles:

- Ruim: P1 acima e P7 abaixo dos resultados do país;
- Média: P1 e P7 próximos do resultado do país;
- Boa: P1 abaixo e P7 acima do resultado do país;

Outra forma de classificar o nível educacional das regiões brasileiras é através do IDEB. O Gráfico 5 traz um comparativo dos resultados do IDEB do ensino médio em 2023 entre o Brasil e suas regiões.

Gráfico 5 – IDEB Ensino Médio 2023 Brasil e regiões



Fonte: Autoria própria.

O gráfico mostra que as regiões Norte e Nordeste apresentam resultados abaixo dos números nacionais, enquanto o Sul e Centro-Oeste possuem desempenhos superiores. A região Sudeste apresenta o mesmo desempenho do país.

3881

A tabela a seguir consolida a classificação da qualidade educacional das regiões brasileiras, considerando tanto os níveis de instrução da população quanto os índices IDEB. Essa análise comparativa permite identificar disparidades regionais e seu impacto potencial no desenvolvimento socioeconômico e na sobrevivência das MPEs.

Tabela 7 - Classificação da Qualidade Educacional por Região

Região	Classificação por Nível de Instrução	Classificação por IDEB	Comentário
Norte	Ruim	Ruim	Nível P1 acima e P7 abaixo do resultado nacional
Nordeste	Ruim	Ruim	Nível P1 acima e P7 abaixo do resultado nacional
Sudeste	Boa	Média	Níveis P1 e P7 próximo ao resultado nacional
Centro-Oeste	Boa	Boa	Nível P1 abaixo e P7 acima do resultado nacional
Sul	Média	Boa	Nível P1 abaixo e P7 acima do resultado nacional

Fonte: Autoria própria.

Os dados evidenciam que regiões como Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com classificações boas ou médias em ambos os critérios, possuem condições mais favoráveis para a implementação de práticas gerenciais qualificadas. Em contrapartida, as regiões Norte

e Nordeste enfrentam desafios significativos, com classificações ruins ou médias, indicando a necessidade de intervenções estratégicas na área educacional para melhorar a competitividade empresarial.

4.2- Sobrevivência das MPE

A Tabela 8 apresenta o número de MPE criadas, baixadas e o total por ano entre os anos de 2019 e 2022.

Tabela 8 – Classificação da qualidade educacional por região de acordo com o IDEB Ensino Médio

Ano	Empresas Criadas	Empresas Baixadas	Total de Empresas	Variação Percentual Criadas (%)	Variação Percentual Baixadas (%)	Porcentagem Baixadas (%)
2019	637.399	19.977	617.422	NA%	NA%	3,1%
2020	673.137	54.687	618.450	5,6%	173,7%	8,1%
2021	832.115	98.556	733.559	23,6%	80,2%	11,8%
2022	850.325	160.359	689.966	2,2%	62,7%	18,9%
2023	851.907	212.963	638.944	0,2%	32,8%	25%

Fonte: SEBRAE (Adaptado).

A pandemia de 2020 impactou profundamente as empresas brasileiras, com um pico de 173,7% no percentual de empresas baixadas. Em 2021, houve recuperação com um aumento de 23,6% na criação de empresas, mas as baixas ainda foram significativas (80,2%). Nos anos seguintes, 2022 e 2023, a criação de novas empresas desacelerou para 2,2% e 0,2%, enquanto as baixas reduziram de forma mais moderada.

A Tabela 9 complementa essa análise ao consolidar os percentuais de empresas encerradas e estimativas de sobrevivência de cinco anos, destacando a resiliência dos setores econômicos frente aos desafios enfrentados no período.

Tabela 9 – Sobrevivência das MPE por Setor

Setor	Percentual de Empresas Baixadas (%)	Estimativa Kaplan-Meier (%)
Comércio	15%	85%
Serviços	18%	82%
Indústria	12%	88%
Construção	20%	80%
Agropecuária	10%	90%

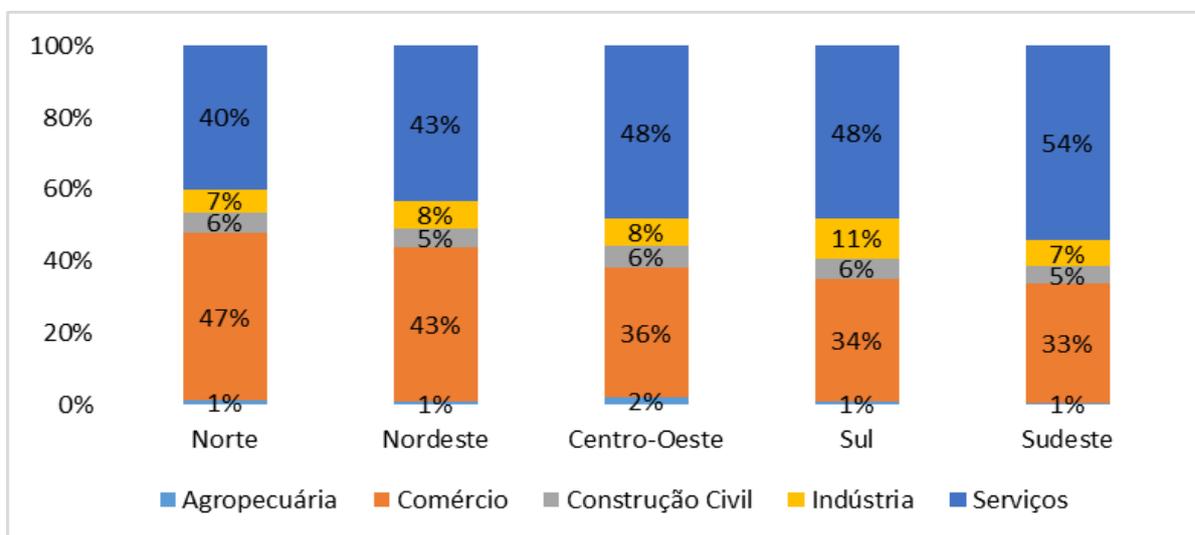
Fonte: SEBRAE (Adaptado).

Os dados mostram que o setor agropecuário apresenta o maior índice de sobrevivência (90%), seguido pela indústria (88%), enquanto o setor de construção enfrenta os maiores desafios, com apenas 80% de sobrevivência estimada. Esses resultados indicam que setores mais estruturados ou dependentes de cadeias produtivas específicas, como a agropecuária, possuem maior resiliência. Por outro lado, setores como construção e serviços podem se beneficiar de intervenções estratégicas, como capacitação gerencial e maior acesso ao crédito.

Observa-se que, em cinco anos, os setores de Serviços, Indústria e Agropecuária possuem as maiores estimativas de sobrevivência. O setor de Construção Civil apresenta um comportamento próximo ao geral (todos os setores), e o setor de Comércio apresenta o pior percentual de sobrevivência.

Cada setor apresenta diferenças significativas nas estimativas de sobrevivência. A diferença de quantidade de setores em cada região do Brasil pode interferir nas estimativas de sobrevivência das cinco regiões. O Gráfico 6 apresenta o percentual de cada setor por região brasileira.

Gráfico 6 – Composição de empresas por setor e região



Fonte: DataSebrae.

Observa-se que as regiões Centro-Oeste e Sul apresentam composições parecidas, possuindo o mesmo percentual de empresas dos setores de Construção Civil e Serviços. Destaca-se também que o Centro-Oeste é a única região com mais de 1% de empresas do

ramo agropecuário. Outro destaque importante está no Norte e Nordeste, que possuem os maiores percentuais de empresas comerciais.

4.2.2- Sobrevivência das MPE por Região

A tabela 10 apresenta o percentual de sobrevivência das micro e pequenas empresas por região, entre os anos de 2019 e 2023.

Tabela 10 – Percentual de sobrevivência das MPEs por Região

Região	Percentual de Empresas Baixadas (%)
Norte	12,0%
Nordeste	14,8%
Sudeste	14,2%
Centro-Oeste	13,9%
Sul	14,6%

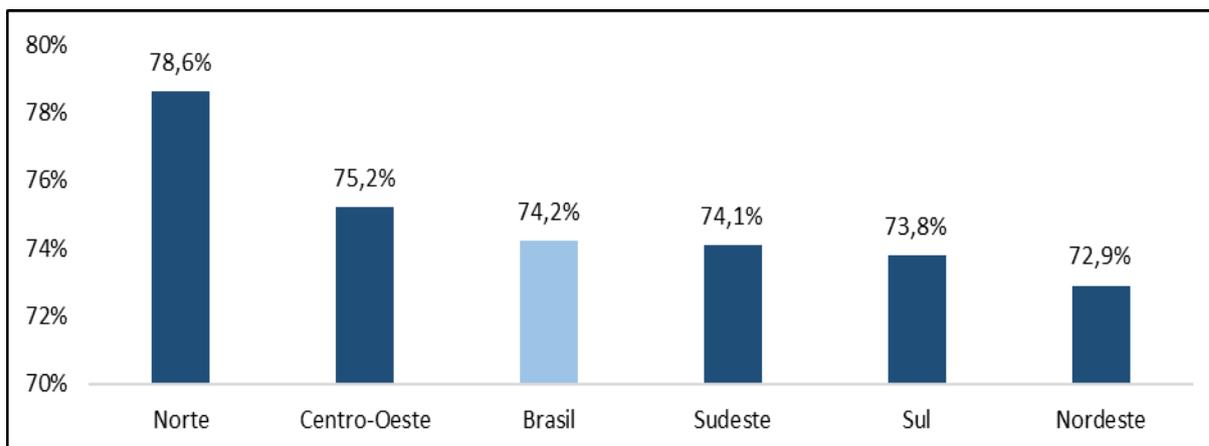
Fonte: SEBRAE (Adaptado).

Os dados mostram que a região Norte possui o menor percentual de empresas baixadas no período (12%), enquanto o Nordeste apresenta o maior índice (14,8%). O Centro-Oeste, Sudeste e Sul registram valores intermediários, com 13,9%, 14,2% e 14,6%, respectivamente. Essas disparidades refletem condições socioeconômicas distintas que influenciam a implementação de práticas gerenciais eficazes.

Regiões como o Centro-Oeste e Sudeste, que possuem melhores condições educacionais e maior adoção de práticas de gestão, apresentam sobrevivências mais altas. Em contrapartida, o Nordeste, com a menor sobrevivência, enfrenta desafios significativos que reforçam a necessidade de intervenções estratégicas na educação e gestão empresarial.

O Gráfico 7 apresenta a estimativa de sobrevivência das MPE em cinco anos, por região e no Brasil.

Gráfico 7 – Estimativa de sobrevivência das MPE em cinco anos, por região e no Brasil



Fonte: Autoria própria.

Observa-se que o Norte e o Centro-Oeste são as únicas regiões com uma boa estimativa, tendo seus resultados acima da estimativa de sobrevivência nacional. As regiões Sudeste e Sul possuem estimativa média, pois apresentam resultados semelhantes ao do Brasil. O Nordeste apresenta-se como a única região com estimativa ruim, apresentando resultado consideravelmente abaixo da estimativa brasileira.

3885

4.3- Qualidade Educacional x Sobrevivência das MPE

As diferenças regionais no Brasil são marcadas por disparidades significativas em termos de educação e desempenho econômico. No contexto das micro e pequenas empresas (MPE), essas disparidades são evidenciadas pela relação entre o nível educacional da população e a capacidade de sobrevivência das empresas no mercado. Regiões com melhores indicadores educacionais, como maior percentual de pessoas com ensino superior completo, tendem a apresentar melhores condições para a implementação de práticas gerenciais e contábeis, fundamentais para a sustentabilidade empresarial.

A tabela II apresenta uma síntese dos dados analisados, combinando informações sobre o nível educacional (indicadores P1 a P7), a classificação educacional geral e as taxas de sobrevivência das MPE em cinco anos por região. Essa abordagem permite identificar padrões regionais e avaliar como as diferenças educacionais impactam diretamente a longevidade das empresas.

Tabela II – Classificações de qualidade educacional e estimativa de sobrevivência das MPE em cinco anos

Região	Nível de Instrução (%)	Classificação Educacional	Sobrevivência das MPE em 5 anos (%)	Estimativa de sobrevivência
Norte	P1: 7%; P7: 16%	Ruim	78,6%	Boa
Nordeste	P1: 12%; P7: 13%	Ruim	72,9%	Ruim
Sudeste	P1: 4%; P7: 23%	Média	74,1%	Média
Centro-Oeste	P1: 5%; P7: 24%	Boa	75,2%	Boa
Sul	P1: 6%; P7: 20%	Boa	73,8%	Média

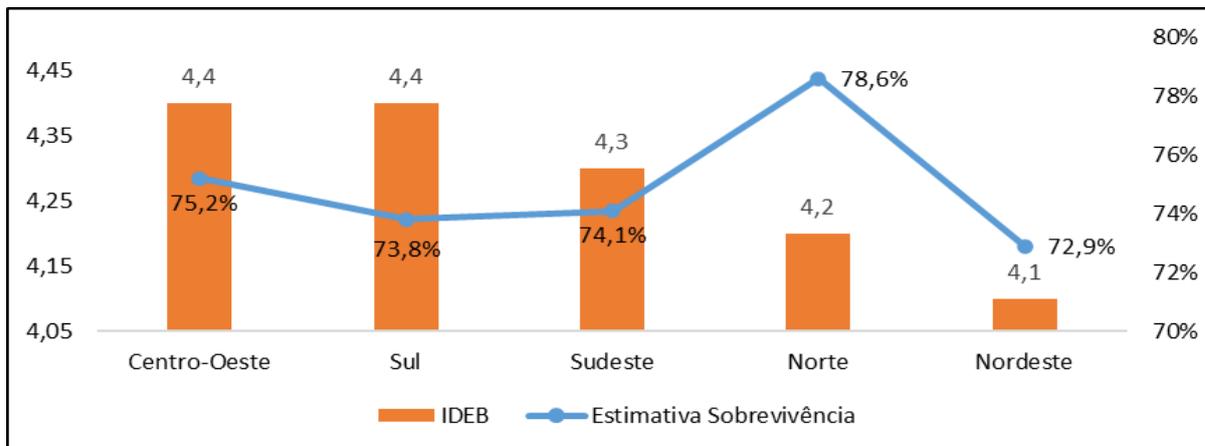
Fonte: Autoria própria

Os dados apresentados na tabela consolidada revelam padrões claros e algumas exceções regionais. Observa-se que regiões como o Sudeste e o Centro-Oeste, com altos índices de ensino superior completo (P7), também possuem classificações educacionais boas e uma sobrevivência empresarial consistente. Por outro lado, a região Norte se destaca como uma exceção, apresentando a maior taxa de sobrevivência das MPE (78,6%) apesar de possuir uma das piores classificações educacionais.

Esses resultados reforçam a necessidade de explorar fatores adicionais que possam explicar o desempenho do Norte, como políticas públicas específicas, práticas culturais ou condições econômicas locais. Além disso, os dados indicam que a melhoria dos índices educacionais nas regiões menos desenvolvidas pode ser um fator crucial para fortalecer as MPE e, conseqüentemente, a economia regional como um todo. A partir dessas análises, surgem oportunidades para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas tanto à educação quanto à capacitação técnica em gestão e contabilidade gerencial.

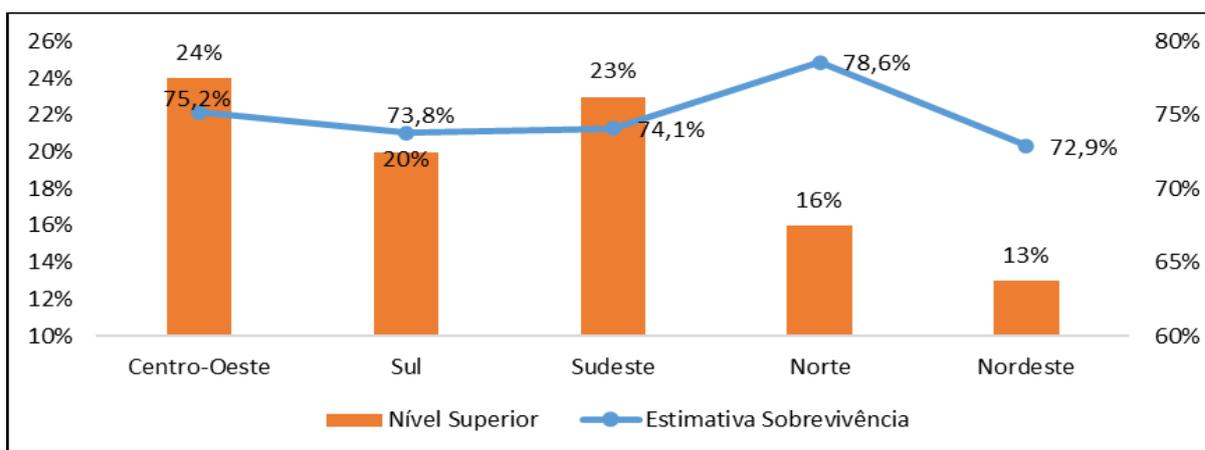
Os gráficos a seguir contribuem para melhor observação acerca da relação entre qualidade educacional e sobrevivência das micro e pequenas empresas. O Gráfico 8 apresenta o comparativo entre a estimativa de sobrevivência das MPE em cinco anos e o IDEB Ensino Médio de 2023, por região. O gráfico 9 apresenta o comparativo entre a estimativa de sobrevivência das MPE em cinco anos e o percentual populacional com ensino superior completo de pessoas com vinte e cinco anos ou mais, por região.

Gráfico 8 – Estimativa de sobrevivência das MPE em cinco anos e IDEB Ensino Médio (2023), por região



Fonte: Autoria própria.

Gráfico 9 – Estimativa de sobrevivência das MPE em cinco anos e população com ensino superior completo (%), por região

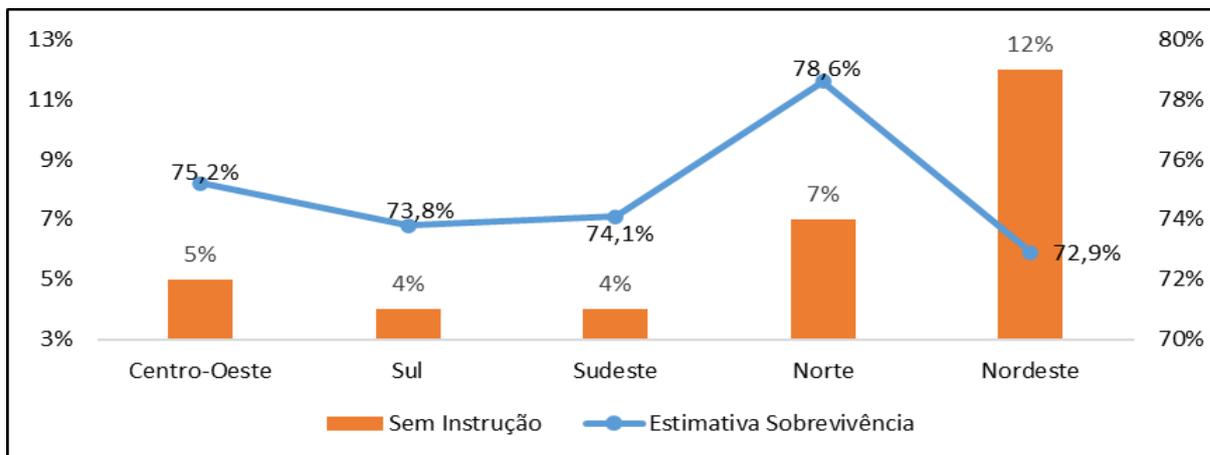


Fonte: Autoria própria.

A análise dos gráficos permite identificar a relação direta entre o nível educacional e a estimativa de sobrevivência das empresas em cada região, com exceção da região Norte.

É possível também analisar uma relação inversamente proporcional. O Gráfico 10 apresenta o comparativo entre a estimativa de sobrevivência das MPE em cinco anos com o percentual populacional sem instrução de pessoas com vinte e cinco anos ou mais, por região.

Gráfico 10 – Estimativa de sobrevivência das MPE em cinco anos e população sem instrução (%), por região



Fonte: Autoria própria.

Observa-se que regiões com os menores índices de falta de instrução educacional (Centro-Oeste, Sul e Sudeste), possuem as maiores estimativas de sobrevivência. Da mesma forma, a região com maior percentual populacional sem instrução, Nordeste, apresenta a menor estimativa de sobrevivência. Assim como nos outros comparativos, o Norte apresenta-se como exceção, contendo um considerável percentual da população sem instrução, e, ao mesmo tempo, possuindo a maior estimativa de sobrevivência das MPE no período de cinco anos.

3888

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a relação entre o nível educacional das regiões brasileiras e a sobrevivência das micro e pequenas empresas (MPEs), utilizando a contabilidade gerencial como fator central. Os resultados evidenciaram que regiões com melhores indicadores educacionais, como Sudeste e Centro-Oeste, tendem a apresentar maiores taxas de sobrevivência empresarial. Por outro lado, regiões com baixos níveis educacionais, como Norte e Nordeste, enfrentam desafios significativos, embora o Norte tenha demonstrado uma sobrevivência acima do esperado, sugerindo a influência de fatores adicionais, como contextos econômicos e culturais.

A utilização da contabilidade gerencial mostrou-se fundamental para a sustentabilidade das MPEs, fornecendo suporte à tomada de decisões estratégicas e ao controle financeiro. Contudo, sua adoção está diretamente associada à capacitação dos

gestores, destacando a relevância de políticas educacionais e programas de treinamento voltados para a realidade empresarial de cada região.

Conclui-se que a educação é um fator determinante para o desempenho e a longevidade das MPEs, reforçando a necessidade de investimentos em formação profissional e inclusão de ferramentas gerenciais no cotidiano dessas empresas. Os achados deste estudo oferecem subsídios para a formulação de políticas públicas e iniciativas privadas que visem ao fortalecimento do setor, especialmente em regiões menos favorecidas.

Embora esta pesquisa tenha apresentado contribuições relevantes, algumas limitações devem ser reconhecidas, como a dependência de dados secundários e a ausência de uma análise mais aprofundada sobre fatores específicos que influenciam o desempenho das MPEs em cada região. Estudos futuros podem ampliar essas questões, investigando elementos como acesso ao crédito, infraestrutura e políticas fiscais locais.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Marcos Ronaldo; KOHL, Holger Kohl; ELIAS, Sérgio José Barbosa. **Manual de Benchmarking**: um guia para implantação bem-sucedida. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

ALMEIDA, M. I. R. (2001). **Manual de planejamento estratégico**: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas Excel. São Paulo, Atlas.

AMARAL, Fabrício Brito do. **A lei geral das micro e pequenas empresas no Brasil**: uma avaliação de impactos sobre os estabelecimentos, seus empregados e empregadores, no período de 2005 a 2015. 2018. 167 folhas. Tese (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís

BECKER, G. S. **Investment in human capital**: a theoretical analysis. The Journal of Political Economy, v. 70, p. 9-49, out. 1962.

BERTÓ, D. J. BEULKE, R. **Gestão de custos**. São Paulo: Saraiva, 2006

BORNIA, Antonio C. **Análise gerencial de custos**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189 de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as leis nos 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**, 31 de jan. 2009

3889

BRITO, Carina. Dia do Empreendedor: 3 desafios enfrentados pelos pequenos negócios – e como superá-los. **Pequenas Empresas e Grandes Negócios**, [S. l.], 5 out. 2023. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/gestao/noticia/2023/10/dia-do-empendedor-3-desafios-enfrentados-pelos-pequenos-negocios-e-como-supera-los.ghtml>>. Acesso em: 21/06/2024.

BUCHELE, R. B. (1980). **Diagnóstico de empresas em crescimento**. São Paulo, Atlas.

ELDENBURG, Leslie G.; WOLCOTT, Susan K. **Gestão de custos: como medir, monitorar e motivar o desempenho**. Tradução: Luís Antônio Fajardo Pontes. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

FISCHMANN, A. A.; ALMEIDA, M. I. R. (1991). **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo, Atlas.

GARCIA, P.S.; PREARO, L.C.; ROMERO, M.C.; SECCO, A.; BASSI, M.S; **Desempenho escolar: uma análise do IDEB dos municípios da região do ABC**. Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p.95-114, 2016.

GARCIA, P. S. **Escolas eficazes: um estudo sobre os fatores que impactam o desempenho dos alunos na perspectiva das famílias, diretores, professores e alunos de escolas de Ensino Médio**. Relatório de pós-doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2015.

GARCIA, P. S. **Reflexo das políticas educacionais para professores da educação básica**. 3890 Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 1, p. 1-14, 2014.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. 14 ed. São Paulo: McGraw- Hill, 2013.

GÜNTHER, H. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, vol. 22, n° 02, Brasília, may/aug.

HANUSHEK, E. **Incentives for Efficiency and Equity in the School System**. Perspektiven der Wirtschaftspolitik, v. 9, p. 5-27, 2008

HOJI, Masakazu. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAS CASAS, A. L. **Plano de marketing para micro e pequena empresa**. 2. ed. São Paulo:Atlas, 2001.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M.C.S & SANCHES, O. **Quantitativo – Qualitativo: Oposição ou Complementariedade**. Cad. Saúde Pública Rio de Janeiro, 9 (3): pp. 239-248.

MORAES, R. C. C. **Educação a distância e efeitos em cadeia.** Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 140, p. 547-559, maio/agosto. 2010.

NASCIMENTO, R. P.; ANDRADE, R. C. S. **O crescimento de instituições de ensino superior privadas e o desenvolvimento local.** Revista de informação, v. 12, n. 6, dez. 2011

NOGUEIRA, Mauro Oddo; OLIVEIRA, João Maria de. **Da baleia ao ornitorrinco: contribuições para a compreensão do universo das micro e pequenas empresas brasileiras.** Radar: tecnologia, produção e comércio exterior. Brasília, n.25, p. 7-18, abr. 2013

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de; OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Um estudo sobre a contribuição das micro e pequenas na geração de emprego e renda brasileira.** Revista FAE. Curitiba, v.9, n. 1, p. 95-105, jan-jun. 2006

OLIVEIRA, Walter Luiz de; et al. **Mortalidade de micro e pequenas empresas: o que fazer pela sustentabilidade do empreendimento?.** Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo. Curitiba. v. 1, n. 3, p. 129-150, set-out. 2016.

PEINALDO, J.; GRAEML, A. R. **Administração da Produção: operações industriais e de serviços.** Curitiba: UnicenP, 2007.

REIS, Maurício. **Os ensinos público e privado e a incidência de sobre-educação no mercado de trabalho.** Revista Economia Aplicada, v.24, n. 3, 2020, pp. 367-392.

SOARES, S. S. D.; FONTOURA, N. D. O.; PINHEIRO, L. **Tendências recentes na escolaridade e no rendimento de negros e de brancos,** 2007. 3891

SCHULTZ, T. W. **Capital formation by education.** Journal of Political Economy, Chicago, v. 68, n. 6, p. 571-583, dez. 1960.

SCRAMIM, F. C. L; BATALHA, M. O. (1997). **Planejamento estratégico em pequena indústria:** metodologia, aplicação e resultados. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Anais, Gramado/Canela, Rio Grande do Sul/RS.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **50 anos conectando o Brasil e os pequenos negócios.** Brasília: Unidade de Gestão Estratégica, 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Sebrae%2050+50/Not%3%ADcias/PR_ESSKIT%2050%20ANOS.pdf>. Acesso em: 21/06/2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Atualização de estudo sobre participação de micro e pequenas empresas na economia nacional.** Brasília: Sebrae, 2020.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Confira as diferenças entre micro empresa, pequena empresa e MEI.** Brasília: Unidade de Gestão Estratégica, 2022. Disponível em:

<<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM10000ob272010aRCRD>>. Acesso em: 21/06/2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**. Brasília: Unidade de Gestão Estratégica, 2022. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa,46b1494aed4bd710VgnVCM10000od701210aRCRD#:~:text=Microempresa%3A%20receita%20bruta%20anual%20igual,R%24%204%2C8%20milh%C3%B5es>>. Acesso em: 21/06/2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: Unidade de Gestão Estratégica, 2016. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>>. Acesso em: 21/06/2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Sobrevivência das empresas mercantis brasileiras (2019-2023)**. Brasília: Unidade de Gestão Estratégica, 2024. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2024/09/2024-08-13-Relatorio-tecnico-Sobrevivencia-das-empresas-mercantis-brasileiras.pdf>>. Acesso em: 28/10/2024.

SELL, G. K. **Uma sistemática para inserir a Contabilidade Gerencial no processo decisório nas pequenas e médias empresas: um estudo de caso**.

3892

SILVA, G.M.; BORGES, R. F. & MORAES, J. P. M. **A importância do planejamento estratégico para pequenas empresas**. Revista de Administração e Economia da UFG, v.3, n.2, ago 2007, Goiânia, GO, p.17-38.

SILVA, M. C. (2019). **Análises das demonstrações contábeis públicas**. (1a ed). São Paulo, SP: Editora Biblioteca 24Horas.

SILVA, R.C. **A Falsa Dicotomia Qualitativo-Quantitativo: Paradigmas que Informam nossas Práticas de Pesquisa**. In: BIASOLI-ALVES, Z.M.M. & ROMANELLI, G. (Orgs) (1998). **Diálogos Metodológicos sobre Práticas de Pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, pp. 159-174.

SOUZA, M. A.; DIEHL, C., A. **Gestão de custos: uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão social: metodologia, casos e práticas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998a.

TIFFANY, P.; PETERSON, S. D. (1998). **Planejamento Estratégico: o melhor roteiro para um planejamento estratégico eficaz**. Rio de Janeiro, Campus.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6. Ed São Paulo: Atlas, 1998.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FEES, Philip E. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2^a ed, 2001.

WELSCH, Glenn A. **Orçamento Empresarial**. 4^a ed. São Paulo; Atlas, 1983.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiro. Porto Alegre: D. C. Luzzatto, 1998.